ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

ARGUMENTOS POR UMA HISTÓRIA PÚBLICA: perspectivas e possibilidades

ARGUMENTOS PARA UNA HISTORIA PÚBLICA: perspectivas y posibilidades

ARGUMENTS FOR A PUBLIC HISTORY: perspectives and possibilities

Ivaneide Barbosa Ulisses [1, 2]

Resenha da obra:
ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública. São** Paulo: Editora Letra e Voz, 2011. 231p.

Recebido em: 22.03.2017. Aceito em: 26.03.2017. Publicado em: 01.04.2017.

A obra em questão começou a ser estruturada em fevereiro de 2011, durante um curso promovido pelo Núcleo de História da Cultura Intelectual, na USP. Pensava-se na difusão do conhecimento histórico para um "amplo público", público este para além dos grupos que estudam ou trabalham com conteúdos da disciplina. Pensava-se também em uma difusão, por diferentes

[1] Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Professora do curso de História – Universidade Estadual do Ceará/Faculdade Dom Aureliano Matos. E-mail: ivaulisses@yahoo.com.br.
[2] Endereço de contato das autoras (por correio): Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades. Av Dom Aureliano Matos, centro, CEP: 60710-000, Limoeiro do Norte, CE, Brasil.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

meios de comunicação: jornal, TV, cinema, dentre outros, assim como potencializar os "lugares de memória" e, ao mesmo tempo, garantir a qualidade das informações baseadas em trabalhos acadêmicos.

A partir dessa primeira obra de estruturação, abriu-se caminho para, por exemplo, a realização de eventos em torno da história pública no país, desde o lançamento da citada publicação, três simpósios internacionais foram realizados com a temática em três diferentes cidades do país, dois deles: O I Simpósio de História Pública: a história e seus públicos, 2012, USP e o II Simpósio em História Pública, UFF, 2014.

O mais recente evento, o 3º Simpósio Internacional de História Pública, realizado em Crato, região do Cariri cearense em novembro de 2016, demonstrou com seus grupos de debate e mesas trazer temas já postos na publicação de 2011 pelas pesquisadoras Juniele Almeida & Marta Gouveia, como os ligados à oralidade, memória, imagens, ensino e a própria definição de História Pública. Importante destacar que o evento de 2016 promoveu o enriquecimento do debate, não apenas no que concerne ao amadurecimento das questões, bem como a participação do público acadêmico e escolar do interior do país em uma região fora o eixo São Paulo/Rio de Janeiro.

A obra resenhada, portanto já faz parte de um arrolamento do que se objetivava naquele período e apontamentos do que seria encaminhado nos anos seguintes em relação à História Pública. Da época da publicação "Introdução à História Pública (2011)", cuja trajetória internacional do campo, nas definições foram "historia das" na seção *História Pública, perspectivas globais* do livro, chega-se a uma definição possível do campo, a partir de uma provocação comum àqueles mais identificados com a discussão, na mais recente publicação organizada pelas mesmas autoras acrescidas da colaboração

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

do pesquisador Ricardo Santhiago, um dos presentes no evento do Crato, "*Por que dar um novo nome a uma velha prática?",*

> (...) "*por que dar um novo nome a uma velha prática*" – pode estar vinculada ao caráter polissêmico da expressão História Pública, que se refere, pelo menos, a três instancias: a atuação efetiva em história pública, isto é, fazer história pública; a reflexão sobre história pública, isto é, pensar a história pública; a reunião programada em torno da história pública, isto é, o campo da história pública.[3]

Nessa perspectiva de balanço e conversas sobre as temáticas, o fazer e o pensar sobre a História pública no Brasil, a obra resenhada nesse texto e organizada pelas pesquisadoras e professoras Juniele Almeida e Marta Gouveia Roval, "Introdução à História Pública" é um objeto de reflexão importante para aqueles interessados no assunto.

O livro é dividido em eixos. O primeiro eixo intitulado "História Pública, perspectivas globais", traz um quadro explicativo com definições sobre o tema e um panorama de escolas historiográficas, nas quais a História Pública vem se destacando. Já o segundo eixo "Dimensões da Oralidade na História Pública", a História Oral é apresentada como área privilegiada na "publicização" da pesquisa Histórica. E por fim, o terceiro eixo "Experiências em História Pública", como o título indica, expõe trabalhos de diferentes áreas como exemplos do sucesso da união da qualidade da informação na divulgação da ciência ou como as organizadoras colocam, "modos de fazer" (p. 13).

Na seção inicial, "História Pública e Consciência Histórica", de Sara Albieri, professora da Universidade de São Paulo, a autora discorre sobre questões que considera intrínsecas a História Pública com destaque para o "acesso irrestrito" às fontes, tanto no que se refere a guarda do material por instituições públicas, movimentos políticos, quanto à questão que envolve

[3] SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria & ALMEIDA, Juniele Rabêlo de & SANTHIAGO, Ricardo. (ORG**). História Pública no Brasil:** Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.25.

acervos de familiares/amigos. E pergunta*:* "até que ponto é legitimo que indivíduos ou grupos reivindiquem posse ou controle sobre o que pode ser publicado?" (p. 20).

A autora levanta, assim, a problemática em torno dos limites entre o público e o privado. Albieri cita o livro didático como fazendo parte da contenda da História Pública e completa*:* "uma das formas mais poderosas de publicação de Historia no Brasil" (p. 21). Portanto, de divulgação do conhecimento histórico. Para ela, entram também no debate da História Pública "os lugares de memória" (museus, monumentos, sítios históricos, etc): "objetos de políticas de conservação, restauração, exposição e visitação. Outros meios de divulgação de documentários, filmes, livros romanceados, historias em quadrinho com temas diretamente ligados a fatos históricos" (p. 21). A autora liga diretamente a História Pública à publicação de informações históricas e sintetiza: "o cenário da publicação é amplo e diversificado" (p. 21) e propõe esse espaço para a crítica do historiador.

Ainda na primeira seção, o artigo "Ensinando História Pública no século XXI," de Gerald Zahavi, professor de Historia Social do Trabalho na *University of New York*, reflete sobre uma Historia Pública que explora e apresenta o conhecimento histórico além dos foros acadêmicos e propõe "o uso sofisticado e criativo de exposições museológica, performances teatrais, mídia audivisual" (p. 53*).* Para Zahavi, tal uso só pode acontecer com envolvimento de diferentes profissionais "[...] arquivistas, curadores, cineastas, documentaristas, criadores de web site, historiadores de políticas públicas [...]" (p. 53) treinados por meio de um currículo que favoreça a formação de profissionais como docentes que consigam dar conta de práticas de História Pública como campo de saber. Isto é, o autor defende a criação de um curso próprio que abranja áreas como de historia, memória, patrimônio e exposição. Estaria Zahavi incorrendo na ideia da

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

"pedagogização" do saber em que se separa dicotomicamente ensino e pesquisa? Ou seus argumentos possibilitam pensar na formação de um outro tipo de profissional para trabalhar como ponte entre conhecimento histórico produzido academicamente e o público em geral? Fica a cargo do leitor travar conhecimento com a argumentação do autor (autores) e chegar a conclusões próprias.

Já no seu artigo "O que é História Pública? Os públicos e seus passados", Jill Liddington, professora da *University os Leeds* (Inglaterra), realiza como ela mesma define, "um brevíssimo levantamento da História Pública" (p. 43). A autora passeia pelas escolas historiográficas dos Estados Unidos da América, Austrália e Grã Bretanha e demonstra o que cada uma dessas escolas privilegia como História Pública. Entre os campos privilegiados, vistos pela professora, estão a História oral e a autobiografia, memória e patrimônio.

Na mesma perspectiva panorâmica vem o próximo texto, "Conservação do Patrimônio cultural. Um panorama internacional", de James K Reap, professor da *Univesity of Georgia* (EUA). James K Reap traz um texto informativo desenvolvido a partir da pergunta, "por que preservamos nosso Patrimônio Cultural (pensamos que melhor seria o que preservamos como Patrimônio)?". Entre o final do século XIX e ao longo do XX, elenca o que considera como documentos importantes de instituições do Ocidente para definir o "escopo do Patrimônio Cultural" (p. 65). Informa sobre documentos como a "Carta da Austrália" (1974), com ditames de conservação dos lugares de significados e o "Documento de Nara" (1989), que traz discussões sobre "autenticidade". Reflete sobre como foi se formando, pela UNESCO, uma lista de bens patrimoniais culturais mundiais, em risco e como se foram desenhando critérios para juízos como "valor universal excepcional" (p. 70). Menciona o ato do Conselho Geral da UNESCO que adotou a Convenção para salvaguarda do

Patrimônio Cultural Imaterial em 2003, e traz a definição cunhada naquele momento, (Cultura Imaterial) como:

> Práticas, representações, expressões, conhecimento e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são associados que a comunidade, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (p.73).

O segundo eixo da obra denominado "Dimensão da Oralidade na História Pública," inicia-se com Artigo "Fontes Orais e Visuais na pesquisa Histórica. Novos métodos e possibilidades narrativas", de Ana Maria Mauad e Fernando Dumas. Os autores apresentam a iniciativa de produção e divulgação do conteúdo Histórico via "vídeo história" que é uma narrativa fílmica dos resultados de uma operação histórica que mantém os requisitos acadêmicos [...]" (p. 81). Vídeo história como "um novo tipo de texto histórico" (p. 81) em que a marca da intertextualidade de fontes orais, visuais e sonoras é a sua marca primordial. Propõem, ainda, uma metodologia para esse tipo de produção que deve se preocupar em "[...] incorporar a necessidade de diferenciar o circuito de produção da fonte de memória e suas diferentes formas de guarda." (p. 83). Os autores, desse modo, deixam claros seus conceitos principais: memória, narrativas, intertextualidade e geração. Assim, como sintetizam tipos de escrita vídeográfica em: Escrita direta e interativa; Escrita intertextual; Escrita intertextual ampliada; Escrita videoclipe.

No Artigo "Palavras no Tempo e no Espaço. A gravação e o texto de Historia oral", de Ricardo Santhiago, ele escreve: "[...] provavelmente o ramo do conhecimento que mais e melhor se adaptou a Historia Pública" (p. 97), pois teria a capacidade de afetar mais diretamente os "sentidos" das comunidades com o seu material e traz uma discussão teórico-metodológica acerca da História oral enquanto produção de conhecimento e suas possibilidades para com a História Pública.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

Já o artigo seguinte, "Fontes Orais. Perspectivas para o Tratamento em Centros de Documentação e Arquivos," de Simone Silva Fernandes, apresenta não a produção do arquivo de fonte oral, mas como os já formados arquivos, por exemplo, Centro de Documentação de Informação Cientifica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CEDIC), criado em 1980, pode prestar-se a aproximação com o público. E oferece o exemplo do Programa de Documentação Oral que criou um espaço multidisciplinar de discussões com profissionais de áreas diversas interessados nesse tipo de fonte.

Possibilidade, nada inusitada, de ligar oralidade, pesquisa e divulgação se encontram no Artigo "Radio, Memória da História," de Cecília Miglorancia e Marta Fonterrada. As autoras trabalham com a ideia de que as programações de rádios podem trazer o contexto social e cultural de grupos específicos (ouvintes), da sociedade em cada época. A semelhança de outros autores da presente obra propõem saídas metodológicas para o trabalho com esse tipo de material, como na subdivisão do mesmo artigo intitulado "Ouvidos para Gravar" (p.131) com dicas aos interessados na experiência sobre gravação, formatos de gravação, pauta de programa, edição, dentre outros. E, claro, lançam diretrizes que articulam de programas para emissoras de rádios e divulgação de conteúdos da ciência.

No terceiro eixo da obra tem-se "Experiências em História Pública." A primeira das experiências é ditada por Paulo Nassar, doutor em comunicação, com o título, "História e Memória Empresariais da Tradição e Inovação". Nassar faz, inicialmente, um apanhado de como o tema frequenta as pesquisas acadêmicas nas Ciências Sociais e chama a atenção para "Novos Olhares" postos no assunto da década de 1990 para os dias atuais, em que os trabalhadores de empresas têm sido protagonistas de pesquisas e exposições.

Já no artigo "Jornalismo e Divulgação Cientifica em História e Ciências Humanas," Valéria Dias, jornalista, aborda o trabalho da equipe da Agência USP que divulga ciência em um boletim na rádio USP FM (93,7 MHz). Questão central do artigo: "como transformar a linguagem acadêmica em uma noticia?" (p. 145). A autora desenvolve e apresenta dicas tanto para os pesquisadores, como para os jornalistas de como devem lidar em situações de entrevista. Apresenta também diferenças na perspectiva do repórter e do oralista. Ainda demonstra seu trabalho, a partir de um material produzido durante entrevista com o Historiador Ricardo Oriá, momento em que o leitor pode acompanhar o processo de transformar os dados fornecidos pelo entrevistado em linguagem de notícia.

O artigo "Arquivos e Centros de Documentação. Um Perfil", de Viviane Tessitore, fala da produção de documentação de forma geral. Define "documento" como "conjunto da informação e seu suporte, ou seja, documento é informação registrada em um veículo material." (p. 161). Tessitore explica que o documento tem função social voltada para áreas especificas: "administrativa, jurídica, técnica, cientifica, cultural, artística e/ou histórica." (p. 161) Também explicita as instituições responsáveis pela guarda e preservação de documentos como "arquivos, bibliotecas, centros de documentação (p. 161). Esclarece sobre os princípios da organização de arquivos, apresenta a "teoria das três idades dos arquivos" (p. 164). Diferencia Centros de memória e de Documentação.

Em "O Fado na cidade de Santos", Heloisa de Araújo Duarte Valente, apresenta uma possibilidade viável de pesquisa junto a um acervo particular (no caso, o acervo de Manoel Ramos e Lidia Miguez) para análise do Fado na cidade de Santos. Valente traz indicações de como, a partir desse acervo de família, pode-se fazer pesquisa e como se tornou público, uma atividade artística e cultural da cidade de Santos.

Nos dois últimos artigos temos duas discussões em torno de dois objetos primais, tanto para o profissional de história, como para o grande público: um deles, a literatura e o outro o cinema. Adriane Vidal Costa no texto intitulado, "Gabriel Garcia Marquez", faz uma reflexão em cima de várias crônicas do ano de 1970, redigidas pelo literato colombiano, a respeito de Cuba que envolvem jornalismo, literatura, história e divulgação de juízo de valor como dado histórico.

Já no artigo "Cinema, educação e História Pública". Dimensões do filme "Xica da Silva," Rodrigo de Almeida Ferreira sintetiza discussões sobre cinema e história e faz considerações tanto para o uso didático do filme em sala de aula, como a fruição das informações históricas para com o público leigo. Reafirma o cinema como uma fonte privilegiada para história pública e coloca a tarefa aos Historiadores de se prepararem melhor para o debate e ocupação desse tipo de espaço de produção.

Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública. São** Paulo: Editora Letra e Voz, 2011. 231p.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria & ALMEIDA, Juniele Rabêlo de & SANTHIAGO, Ricardo. (ORG). **História Pública no Brasil:** Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.